

# Tribunal superior da Colômbia debate legalização do aborto e decisão pode se tornar marco na América Latina

*Um caso reabriu o debate sobre as implicações legais e morais do procedimento e pode ter repercussões em toda a região*

[\(Celina/Globo.com, 02/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Um tribunal superior da Colômbia deve decidir nos próximos dias se deve ou não [permitir o aborto](#) durante os primeiros meses de uma gravidez. A decisão pode ser um marco na América Latina e ter um efeito cascata em uma região conhecida por suas [leis restritivas](#).

— Com sorte, este será um caso que faz história — afirma Paula Avila-Guillen, advogada colombiana e defensora dos direitos reprodutivos das mulheres.

A Colômbia não é apenas uma das nações mais populosas e culturalmente influentes da América Latina, mas sua alta corte é amplamente considerada uma formadora de tendências legais.

Os defensores da legalização dizem que uma decisão a seu favor anunciaria uma mudança em uma região impregnada de tradições católicas conservadoras que há muito tempo [limitam o aborto](#). Mas os oponentes temem exatamente isso.

— Seria uma decisão irresponsável, isso só vai aumentar a quantidade de danos causados às mulheres — afirma Natalia Bernal, professora de direito e contrária a legalização do aborto.

A decisão do tribunal, que não pode ser alterada por outros órgãos legais, pode chegar já nesta segunda-feira. E resultará de um caso que não foi apresentado por um defensor do direito ao aborto, mas sim pela professora, de 43 anos, que havia pedido uma proibição total do procedimento.

Leia também: [Mulheres voltam às ruas pela legalização do aborto na Argentina](#)

Natalia Bernal, que mora na França, pediu ao tribunal que eliminasse as poucas exceções existentes na lei colombiana que permitem abortos legais. Em vez disso, o tribunal decidiu considerar legalizar amplamente a prática.

A decisão da corte de levar adiante seu caso intensificou um debate já feroz na Colômbia sobre as implicações legais e morais do procedimento. Nas últimas semanas, ativistas de ambos os lados desceram à capital, Bogotá, discutindo se o Estado ou as mulheres devem decidir quando um aborto pode ser realizado.

O Tribunal Constitucional da Colômbia há muito é considerado um dos mais liberais da região e é conhecido em particular por decidir em favor dos direitos das mulheres. Mas sua decisão final neste caso está longe de ser óbvia.

Os juizes estão considerando uma decisão proposta por um de seus colegas mais liberais, Alejandro Linares. Ele é a favor da legalização do aborto nos primeiros quatro meses de gravidez, argumentando que obrigar uma mulher a ter um filho a força é dar o controle de seu corpo a outras pessoas, incluindo o Estado, de acordo com partes de sua proposta relatadas na mídia colombiana. Cinco dos nove juizes da Corte devem assinar sua interpretação da lei.

Em uma decisão de 2006, o Tribunal Constitucional permitiu o aborto em três circunstâncias: quando a vida da mãe está em risco, quando o feto tem sérios problemas de saúde e quando a gravidez resulta de estupro.

Seis juizes mostraram em decisões anteriores que apoiam a decisão de 2006, segundo Mariana Ardila, advogada colombiana que é a favor da legalização.

Mas não está claro se esses juizes estão dispostos a ir além, um ponto com o qual muitos na Colômbia também parecem estar lutando. Os juizes ainda podem rejeitar completamente a proposta de Alejandro Linares e decidir a favor de Natalia Bernal.

Embora a Colômbia seja mais politicamente conservadora do que muitos de seus vizinhos, recentemente liberalizou políticas em algumas questões sociais. O país legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo em 2016, e uma de suas políticas mais poderosas, a [prefeita de Bogotá](#), é uma lésbica que recentemente se casou com uma senadora.

Muitas das recentes mudanças liberais da Colômbia, incluindo o casamento entre pessoas do mesmo sexo, resultaram de decisões do Tribunal Constitucional. Pela primeira vez em sua história, três dos nove magistrados do tribunal são mulheres.

Das poucas nações do mundo que não permitem o aborto sob nenhuma circunstância, pelo menos cinco estão na [América Latina](#) e no Caribe: Nicarágua, El Salvador, Honduras, Haiti e República Dominicana.

Alguns lugares da região legalizaram o aborto, permitindo que as mulheres procurem o procedimento mediante solicitação, sem precisar provar que foram estupradas ou que uma gravidez põe em risco suas vidas. Eles incluem Cuba, Guiana, Uruguai, Cidade do México e o estado mexicano de Oaxaca.

Na Argentina, um esforço no ano passado para legalizar o aborto foi derrotado, mas ajudou a galvanizar os movimentos de direitos reprodutivos em toda a região. Agora, os legisladores estão novamente considerando a legalização, [desta vez com o apoio do presidente](#).

A Colômbia agora exige que todas as instituições de saúde realizem a interrupção voluntária da gravidez se uma mulher ou menina se encaixar em uma das três exceções. Mas, segundo Paula Avila-Guillen, que trabalha no Women's Equality Center (Centro de Igualdade das Mulheres), com sede em Nova York, na prática os médicos frequentemente se recusam a realizar um aborto, afirmando que uma mulher não atende a nenhum dos requisitos.

Ela acrescenta que o acesso é particularmente limitado para mulheres pobres que vivem fora de cidades como Bogotá. Muitas nem sabem que um aborto legal é possível.

Os chamados "procedimentos da porta dos fundos" são comuns e podem resultar em sentenças de prisão de um a três anos para mulheres. Nos piores casos, [levar à morte](#).

Durante a última década, a Colômbia investigou 4.802 pessoas por terem realizado ou ajudado a realizar abortos ilegais, de acordo com o procurador-geral do país. A grande maioria eram mulheres. Pouco menos de 500 tinham menos de 18 anos. Quatro tinham menos de 14 anos.

Natalia Bernal afirma que em 2014 começou a estudar o aborto, conectando-se a grupos americanos como o Center for Bio-Ethical Reform (Centro de Reforma Bioética) e Pro-Life Action League (Liga de Ação Pró-vida). “Decidi me dedicar ao feto”, ela afirma.

Durante anos de conversas com esses grupos, ela reuniu uma biblioteca de informações - fotografias, vídeos, estudos - que a convenceram de que os métodos de aborto eram formas de tortura. Seu pedido abriu um exame mais amplo da lei.

Em um café da manhã com repórteres no mês passado, o presidente da Colômbia, Iván Duque, disse que a decisão de 2006 de conceder exceções foi “um grande avanço”, mas que ele não era a favor de ir além dessa decisão. Em um país que ele descreveu como tendo “machismo excessivo”, disse temer que o aborto se tornasse uma forma padrão de contracepção.

Outros em Bogotá relataram uma luta semelhante sobre até onde a lei deve ir. Felipe Ríos, de 38 anos, pai de dois filhos que trabalha com segurança no palácio presidencial, disse que um membro da família fez um aborto recentemente depois de saber que sua gravidez colocava em risco sua vida. Apesar de apoiar a decisão, conta ter sido difícil para toda a família. Mas ele não acredita que a prática deva ser permitida mais amplamente.

— Se uma mulher engravida, é um dever ter o filho. Considero mais corajoso para uma mulher ter o bebê e colocá-lo para adoção — ele afirma.

Aixa Mejilla, estudante de 18 anos, cresceu em um lar para meninas com famílias em circunstâncias difíceis. Ela não acha que as mulheres devam ser forçadas a ter filhos se não puderem ou estiverem prontas para cuidar deles.

— As mulheres deveriam ter a opção — defende.

*Por Julie Turkewitz, do New York Times*

*Jenny Carolina González contribuiu com a reportagem*

---

## **Coletivo Margarida Alves lança Guia de Defesa Popular da Justiça Reprodutiva**

*Sexo e reprodução são elementos fundamentais da vida humana. Apesar disso, é difícil falar sobre eles; mais difícil ainda é vivê-los com liberdade e dignidade.*

Todos os dias, ouvimos e lemos relatos bárbaros. Mulheres e crianças são vítimas frequentes de violência sexual cometida, na maioria dos casos, por pessoas em quem confiam. Pessoas gestantes são criminalizadas por interromper uma gravidez não desejada, torturadas pelo serviço de saúde que delas deveriam cuidar. Adolescentes são reprimidos por falar de

sexo e desejo na sala de aula. Mães têm suas crianças retiradas pelo estado após o parto, por não serem consideradas aptas à maternidade. Mulheres lésbicas são estupradas para deixarem de amar mulheres. Pessoas trans e não binárias são surradas e assassinadas por rejeitarem os padrões de uma sociedade heteropatriarcal. As injustiças sexuais e reprodutivas se proliferam e atingem, de modo mais frequente e brutal, pessoas já marcadas por outras formas de opressão e exclusão, como o racismo, a desigualdade social e o heterossexismo. São mulheres pobres, pretas ou pardas, pessoas trans e não binárias, crianças das periferias e favelas, mulheres lésbicas, as que mais sofrem pela debilidade de um sistema que não garante integral proteção e promoção da inviolabilidade dos corpos, e da saúde sexual e reprodutiva.



Mas lutas travadas antes de nós asseguraram alguns instrumentos de defesa contra essas injustiças. Há séculos, as mulheres se organizam por direitos no trabalho, na educação e no interior da família, contra a violência e por dignidade e liberdade. Mais recentemente, a comunidade lésbica, gay, trans, bissexual, queer e de pessoas não binárias, exigiu reconhecimento, visibilidade e respeito, e o direito de ser, viver e amar. É importante mobilizar essas conquistas, demandando acesso e efetividade, cuidado e autonomia. Por outro lado, há muito ainda que se transformar, nas estruturas do direito, do estado, da família e do mercado. Para as duas tarefas, ambas urgentes, precisamos de três coisas fundamentais: organização, informação e disposição!

O objetivo desta publicação é contribuir para a execução dessas tarefas, mapeando alguns instrumentos jurídicos disponíveis, oferecendo os caminhos institucionais para denunciar violações e reparar as injustiças sexuais e reprodutivas que vivemos cotidianamente e sugerindo formas de organização. Entendemos que a luta pela efetivação dos direitos que já conquistamos e pela transformação das leis que nos oprimem não cabe apenas aos chamados 'operadores do direito'. Cada uma e cada um de nós pode e deve ser uma defensora popular da justiça reprodutiva, atuando em prol da autonomia, cidadania e saúde de nossas comunidades e de cada pessoa que as integra. Estamos certas de que informação é poder. E é através do compartilhamento de nossos saberes coletivos que avançamos na construção de um mundo em que a justiça reprodutiva seja uma realidade.

Boa leitura!  
Passe a palavra!

Acesse aqui o [Guia de Defesa Popular da Justiça Reprodutiva em pdf](#)

## **Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora**

*Índice de notificações, de 2018, é o maior já registrado desde 2011, quando agentes de saúde passaram a ter a obrigação de computar atendimentos*

[\(Globo.com, 02/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

O Brasil registrou ao menos 32 mil casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes em 2018, o maior índice de notificações já registrado pelo Ministério da Saúde, segundo levantamento obtido pelo GLOBO.

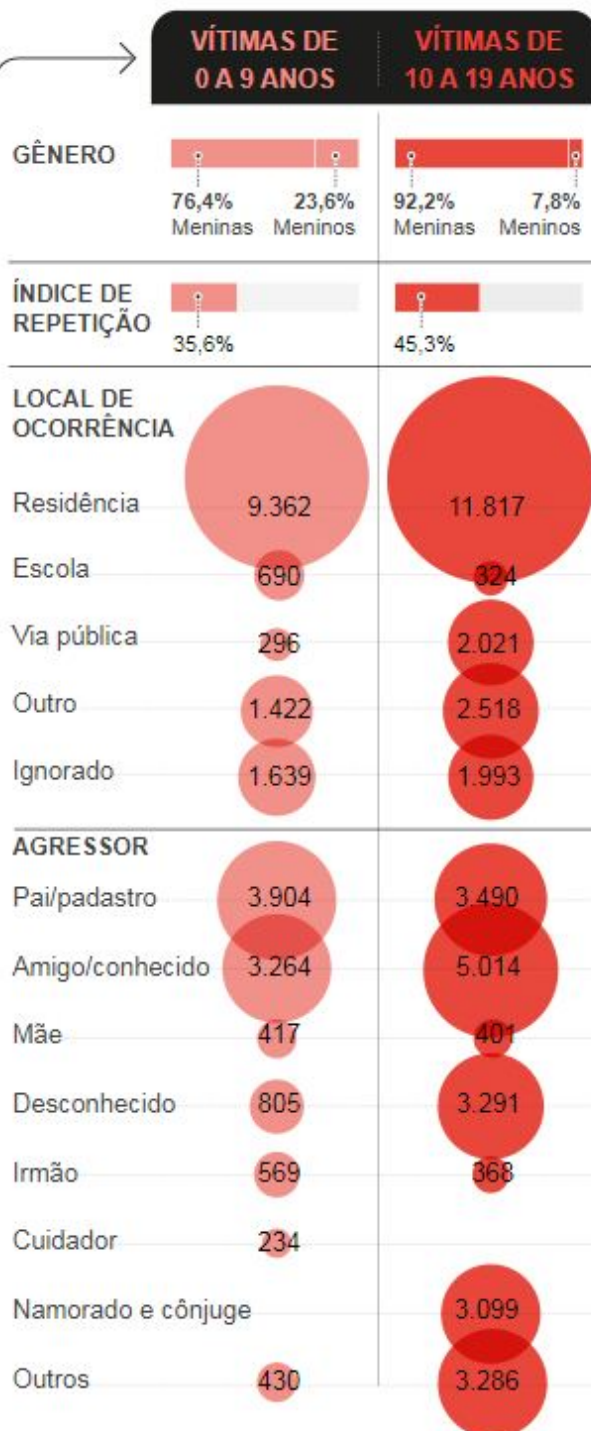
O índice equivale a mais de três casos por hora — quase duas vezes o que foi registrado em 2011, ano em que agentes de saúde passaram a ter a obrigação de computar atendimentos. De lá para cá, os números crescem ano a ano, e somam um total de 177,3 mil notificações em todo o país.

## Meninas são principal alvo

Total de notificações de crime sexual contra crianças e adolescentes



Fonte: Ministério da Saúde



O GLOBO

Especialistas na área de defesa dos direitos da infância atribuem o aumento ao investimento em campanhas, abertura de canais de denúncia e formação de profissionais para a identificação de situações de abuso.

Mas também apontam para uma preocupação futura: segundo eles, o recorde coincide com um momento crítico no enfrentamento deste tipo de violência. Ao longo de 2019, programas federais foram descontinuados, e a desarticulação entre entidades da sociedade civil e entes governamentais vive momento crítico.

Realizado em parceria com universidades e destinado a capacitar professores, o programa

“Escola que Protege”, por exemplo, foi encerrado pelo Ministério da Educação, e não há previsão de volta, de acordo com a pasta. Outra iniciativa, a Comissão Intersectorial de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil — que articulava iniciativas dos ministérios dentro do governo — não se reúne desde 2018, e está sem previsão de retorno.

### **Nova diretriz**

A defesa pública do presidente Jair Bolsonaro — no cargo desde janeiro de 2019 — para que não se discuta sexualidade em escolas, mas apenas no ambiente familiar, é apontada pelos especialistas como fator que pode agravar o quadro de abuso na infância.

Segundo os números do Ministério da Saúde, dois terços dos episódios de abuso registrados em 2018 ocorreram dentro de casa. Em 25% dos casos, os abusadores eram amigos ou conhecidos da vítima, em 23%, o pai ou padrasto.

— Foi um desafio construir nos últimos 20 anos uma perspectiva de trabalho sobre prevenção a partir da educação sexual desde a primeira infância. A criança deve aprender a identificar sinais de abuso — diz Karina Figueiredo, secretária executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A formação de professores e alunos sobre a temática, propiciando um ambiente seguro para denúncia, é considerada estratégia fundamental para romper a barreira de silêncio e interromper ciclos de violência na família. Estimular a autodefesa de jovens e educá-los para que tenham maturidade no momento de descoberta da própria sexualidade também são citadas como medidas importantes.

— Falar em educação sexual não significa ensinar à criança o ato sexual. Você pode ensinar como se nominam as partes do corpo, que ele tem partes públicas e privadas. A uma criança de cinco anos, por exemplo, já é possível dizer o que são situações de risco e que ela pode dizer não a cada desconforto — diz Itamar Gonçalves, gerente de programas da Childhood Brasil, para quem medidas preventivas devem ser adequadas a cada faixa etária.

### **Direito de falar**

Para Vicente Faleiros, sociólogo e autor de livros sobre o tema, o discurso governamental trata a educação para sexualidade como algo “imoral”.

— A vítima de abuso precisa de informação. Precisa saber reagir, contar, dialogar, e não ser silenciada. Caso contrário, ela é silenciada duas vezes: pelo abusador e pela política pública, que determina que não se fale sobre o assunto — afirma.

O MEC confirmou ao GLOBO ter extinguido as políticas com a temática e argumentou que agora elas estão concentradas no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado por Damares Alves. Essa pasta, por sua vez, informou que ainda não formulou um programa substituto para atuação nas escolas. Uma iniciativa semelhante estaria em negociação, mas é voltada para agentes de saúde.

As principais entidades de enfrentamento à violência têm se reunido para discutir estratégias face ao que consideram novas dificuldades. O incremento de parcerias com estados e municípios é apontado como alternativa.

## Planos federais

Subordinado à ministra Damares, o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício Cunha, diz considerar o enfrentamento à violência sexual uma prioridade do governo.

Prova disso seriam melhorias implementadas no serviço de denúncias Disque 100 — que passou a ter mais atendentes — e a recente adesão a uma coalizão de organizações que combatem a exploração sexual contra crianças e adolescentes na internet. Uma conferência internacional sobre o tema deve entrar na agenda.

Segundo Cunha, Damares solicitou a reativação da comissão interministerial que cuidava do tema, mas ainda aguarda uma resposta da Casa Civil. O ministério não quis informar a data da solicitação.

— Não acho que o presidente seja contra falar de sexualidade em escolas. Ele só entende que deve ser em linguagem adequada e com respeito à família — diz.

Para ele, o que vinha acontecendo nos últimos anos era uma “supervalorização do Estado” no trato de questões da infância.

*Por Thiago Herdy*

---

## [Presidente da Argentina anuncia projeto de lei para legalizar aborto](#)

*Alberto Fernández fará proposta ao Congresso argentino em dez dias. Em junho de 2018, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto que acabou sendo rejeitado no Senado.*

[\(G1, 01/03/2020 - acesse no site de origem\)](#)

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, anunciou neste domingo (1) que enviará ao Congresso um novo projeto para legalizar o aborto, iniciativa que, em 2018, foi rejeitada pelo Senado durante o governo de Mauricio Macri.

“Dentro de dez dias, apresentarei um projeto para a interrupção legal da gravidez”, disse ele perante a assembleia de deputados e senadores, na inauguração do ano legislativo, uma medida que recebeu aplausos efusivos no recinto, além de uma ovação de milhares de manifestantes em frente ao Congresso.

**Leia também:** [Marchas pró-aborto mobilizam milhares de mulheres na Argentina](#)

Os aliados do presidente são maioria absoluta no Senado e a primeira força na câmara baixa.



Fernández, um peronista de centro-esquerda, disse que “o aborto acontece, é um fato”, ao qual as mulheres recorrem “em absoluto sigilo”.

O chefe de Estado afirmou que foi demonstrado que “a lei que rege desde 1921 (que permite o aborto em casos de estupro ou perigo de saúde para as mulheres) não é eficaz”. E apontou que, segundo seu projeto, o aborto será autorizado “no momento inicial” da gravidez, sem especificar esse período.

“A decisão individual da mulher de dispor livremente de seu corpo deve ser respeitada”, disse Alberto Fernández.

## **Histórico**

Em junho de 2018, a [Câmara dos Deputados aprovou um projeto](#) para a legalização do aborto até a 14ª semana de gestação, [mas depois o texto foi rejeitado no Senado](#).

Centenas de milhares de pessoas se mobilizaram nos últimos anos em favor do projeto, mas também houveram muitas marchas organizadas por diferentes setores religiosos contra o texto.

Na Argentina, cerca de 400.000 abortos clandestinos são realizados todos os anos, de acordo com organizações de direitos das mulheres.

*Por France Presse*

---

## **Milhares de argentinas relançam a campanha pelo aborto legal com o primeiro ‘pañuelazo’ do ano**

*Coletivos feministas se mobilizam em Buenos Aires e outras grandes cidades da Argentina exigindo a aprovação de uma lei que estipule prazos para a interrupção da gravidez*

[\(El País Brasil, 20/02/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Mulheres em fila, com os olhos vendados e lenços verdes em pescoços e pulsos, cantaram pela primeira vez em Santiago, no final de 2019, a [canção O estuprador é você](#). A coreografia do

coletivo feminista Las Tesis viralizou e [se repetiu mundo afora](#) desde então. Nesta quarta-feira, o Las Tesis encabeçou o *pañuelazo* (manifestação com lenços) convocado pela campanha nacional pelo [direito ao aborto legal](#), seguro e gratuito em Buenos Aires, com uma versão adaptada à realidade argentina. O ato marcou o [início da campanha do feminismo local](#) por uma lei que estipule prazos para o aborto legal, [revogando a norma atual](#), que pune com até quatro anos de prisão a gestante que interromper voluntariamente sua gravidez, exceto em casos de estupro ou risco à sua saúde.

“O patriarcado é um juiz,/ que nos obriga a parir,/ e o nosso castigo/ é a violência que você vê./ É feminicídio./ Maternidade como destino./ É estupro./ É aborto clandestino”, [diz a letra](#) adaptada com a colaboração da escritora argentina Claudia Piñeiro. “O estuprador é você, o opressor é você. O aborto será lei, o aborto será lei, o aborto será lei”, continua. Milhares de pessoas a cantaram nesta quarta em frente ao [Congresso argentino](#) e depois agitaram os lenços verdes, símbolo de quem defende o direito à interrupção voluntária da gravidez.

“O aborto legal é uma dívida da democracia. Uma reivindicação da luta feminista que marcou o dever de milhões de jovens na região, que exigem mais direitos, liberdade e autonomia”, manifestou através de um comunicado *A Campanha*, que engloba mais de 700 organizações feministas, de mulheres e dissidências sexuais.

“Sobreviver a um aborto é um privilégio de classe”, “Obrigar a parir é tortura”, “Direito de decidir”, “Muito ‘fechem as pernas’, pouco ‘guardem os paus’”, lia-se em alguns dos cartazes erguidos pelas mulheres, em sua maioria jovens, que se reuniram na praça. As manifestações se repetiram em dezenas de cidades argentinas, como Córdoba, Rosário, Mendoza, Santa Fe e Formosa, entre outras.

“Este é um ano crucial. Sabemos que será lei, a questão é quando. Estamos aqui para fazer sentir a pressão, porque está em jogo [a vida das mulheres e dos corpos](#) gestantes”, diz a escritora Dolores Reyes, que foi à mobilização de Buenos Aires acompanhada de uma de suas filhas. “As manifestações do presidente (Alberto Fernández, a favor do aborto legal) ajudam, mas não bastam. É o Congresso que tem que votar”, acrescenta a autora de *Cometierra*, um romance atravessado pelos feminicídios na Argentina.

“Na Argentina os [direitos se conquistam na rua](#). Neste 2020 o aborto será lei”, dizem quase em uníssono Juana e María, duas secundaristas esperançosas com a perspectiva de reabertura do debate legislativo e de uma nova votação.

O Governo está concluindo um [projeto de lei](#) para a legalização do aborto a ser apresentado por Fernández na abertura da próxima legislatura, em 1º de março. “Na Argentina o aborto é um crime. Qual é o problema? Que todo aborto se torna clandestino, e na clandestinidade o risco de vida e de saúde para a mulher aumenta. O problema é mais agudo de acordo com a classe social de quem pratica o aborto. Vou mandar uma lei que termine com a penalização do aborto e permita o atendimento de qualquer aborto em qualquer centro público”, disse Fernández a estudantes universitários na França.

É a primeira vez na história da Argentina que um presidente em exercício respalda a interrupção voluntária da gravidez. Ainda assim, a aprovação da lei está nas mãos das duas câmaras legislativas. Em 2018, a Câmara de Deputados [aprovou o projeto de legalização](#), mas o [Senado barrou a reforma](#) e deixou o país com a normativa atual, que data de 1921.

O Congresso foi parcialmente renovado nas eleições gerais de outubro passado, mas muitos dos legisladores eleitos ainda não se pronunciaram sobre o assunto, e portanto não se sabe se há votos suficientes para mudar o resultado de dois anos atrás.

Os setores conservadores deixaram claro que também irão à luta, e no [próximo 8 de março](#) haverá duas grandes mobilizações opostas. Em Buenos Aires, a marcha pelo [Dia Internacional da Mulher](#) voltará a ter o aborto legal como uma de suas máximas bandeiras. Enquanto isso, em frente à basílica de Luján, a mais importante do país, ao sul de Buenos Aires, a Igreja católica argentina celebrará uma missa em defesa da criança por nascer e contra permitir que as mães possam interromper sua gravidez.

*Por Mar Centenera, Buenos Aires*

---

## **Combate à pedofilia inclui educar crianças sobre sexo**

*Perpetradores de violência sexual contra crianças são majoritariamente homens e, em geral, não levantam suspeitas*

[\(Folha de S.Paulo, 18/02/2020 - acesse no site de origem\)](#)

A [prisão de um professor de história de uma escola de elite de São Paulo](#) acusado de produzir imagens das partes íntimas de suas alunas reforça aquilo que especialistas em abuso e exploração sexual infantil sempre dizem: pedófilos não têm perfil definido.

Ainda que abusadores de crianças e adolescentes tendam a buscar atividades e circunstâncias que facilitem seu acesso a vítimas, as [diversas fases da operação “Luz da Infância”](#) já prenderam médicos e engenheiros, economistas e frentistas, empresários e policiais.

Jovens ou idosos, pobres ou ricos, analfabetos ou pós-graduados —só se sabe que os perpetradores de violência sexual contra crianças são majoritariamente homens e, em geral, não levantam suspeitas.

Sabe-se também que na maioria dos casos, os abusadores são pessoas próximas do círculo íntimo de suas vítimas.

Ainda não foi esclarecido se as meninas filmadas pelo professor sabiam que suas genitálias estavam sendo registradas em imagens.

Crianças e adolescentes que sofrem abuso e exploração sexual, no entanto, costumam dar sinais de que algo não vai bem.

Especialistas alertam que mudanças bruscas de comportamento são o principal indício a ser

investigado. Irritabilidade, agressividade, autoflagelação e urinar na cama ou nas roupas também são sinais de alerta.

Estudos apontam que a [educação sexual é protetiva para crianças](#). Segundo o relatório “Out of the Shadows”, elaborado pela revista britânica The Economist com apoio da World Childhood Foundation e da Oak Foundation e divulgado no ano passado, a discussão sobre sexualidade e gênero aumenta a capacidade de um país de proteger suas crianças.

*Por Fernanda Mena*

---

## **Maia diz que Câmara tem barrado retrocessos em leis sobre aborto legal e que está revendo posição contrária à adoção por casais homoafetivos**

*Presidente da Casa também afirmou estar revendo sua posição contrária à adoção por casais gays*

[\(Folha de S.Paulo, 17/02/2020 - acesse no site de origem\)](#)

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que a Câmara tem barrado retrocessos na legislação sobre [aborto legal](#) no Brasil.

“Na questão do aborto o que a gente tem feito é segurado os movimentos mais radicais que não querem nem que os avanços que foram construídos, seja pela Constituição ou por interpretação do STF sejam mantidos”, afirmou.

O presidente deu entrevista para o My News, canal de notícias na internet, nesta segunda-feira (17) em Brasília.

Maia declarou que é contrário à ampliação de possibilidades de aborto legal, mas que não é contra o procedimento nos casos que já estão previstos pela lei.

No Brasil, o aborto é permitido em três situações: gravidez decorrente de estupro, risco à vida da mulher ou em caso de anencefalia do feto.

A ala conservadora do Congresso, em especial a [bancada evangélica](#), tentou aprovar em 2017, já sob a gestão de Maia, uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que na prática [acabaria com a possibilidade de aborto legal](#) no país.

O texto nunca saiu da comissão especial, mas à época o presidente da Casa já havia afirmado que proibir o aborto em caso de estupro não passaria na Câmara.

Ainda sobre a pauta de costumes, Maia afirmou estar revendo sua posição contrária sobre a adoção de crianças por casais homossexuais.

“Na questão de adoção por pessoas do mesmo sexo eu estou revendo e acho que minha posição pode estar equivocada”, afirmou.

Ele disse que passou a pensar sobre o assunto depois que um projeto que facilita a adoção que não trazia distinção de gênero foi aprovado na Câmara sem oposição da bancada evangélica. “Pô, o radical sou eu?”, brincou.

Já na questão das drogas, o presidente da Câmara afirmou que se mantém contrário à [legalização da maconha com uso recreativo](#). “Posso até achar que a maconha é mais fraca que outras drogas, mas todas as pesquisas que eu li mostram que ela é a porta de entrada”, afirmou.

No caso da [maconha medicinal](#), porém, Maia disse acreditar que a Câmara possa aprovar um bom texto. “A gente vai aprovar um bom projeto, acho que está mais que provado que esse é um assunto que o Brasil não pode ficar para trás”, disse.

Maia também disse ser favorável à união civil de casais do mesmo sexo, mas não ao casamento. “Acho que a união civil garante os mesmos direitos. O casamento é uma liturgia cristã, e acho que esse é um enfrentamento em que não se ganha nada”, afirmou.

Desde o início do governo Jair Bolsonaro, Maia tem atuado para manter a agenda econômica à frente da pauta de costumes conservadora.

Sob sua batuta, floresceram projetos de natureza liberal, e minguaram textos como o da PEC do aborto ou da Escola Sem Partido, que não encontram força para avançar.

---

## **Estupro ainda é estupro, mesmo que ocorra sexo consensual mais tarde**

*Jessica Mann manteve relacionamento consensual com Weinstein depois de ser violentada por ele. Para especialistas, acusações dela podem ser totalmente válidas.*

[\(HuffPost Brasil, 17/02/2020 – acesse no site de origem\)](#)

Pouco tempo depois de Jessica Mann mudar-se para Los Angeles em 2011 para tentar uma carreira de atriz, ela diz que Harvey Weinstein a atacou sexualmente em um quarto de hotel em Beverly Hills. Conforme o depoimento que ela prestou na semana passada no julgamento de Weinstein em Nova York por agressão sexual, o famoso produtor fez sexo oral nela sem seu consentimento, enquanto sua amiga estava no quarto ao lado.

“Quanto mais eu resistia, mais furioso ele ficava”, ela disse ao júri. O produtor enfrenta cinco acusações de agressão sexual criminosa que vêm de múltiplas alegações feitas por Mann e por

Miriam Haley, ex-assistente de Weinstein.

Mann disse que saiu do encontro no hotel confusa, mas procurou manter um relacionamento com o produtor, em parte porque ele prometera chamá-la para atuar em um de seus filmes.

“Eu tinha feito sexo com muito poucas pessoas. Não podia desfazer o que já tinha acontecido”, disse Mann. Foi nesse ponto, declarou, que ela decidiu “estar em um relacionamento” com Weinstein. A primeira agressão alegada marcou o início de um relacionamento de quatro anos entre Mann e Weinstein, que, segundo o depoimento dela, incluiu atos sexuais consensuais e não consensuais. Ela alegou que Weinstein a estuprou duas vezes durante esse período.

A defesa de Weinstein tentou fazer parecer que os encontros consensuais invalidaram as alegações de estupro feitas por Mann. “Você teve a opção de sair daquele quarto de hotel e nunca ver Harvey Weinstein de novo, certo?”, indagou a advogada de Weinstein.

Mas ao longo do julgamento Mann falou com muita clareza sobre o que lhe aconteceu. “Sei da história do meu relacionamento com ele”, ela disse em seu depoimento. “Sei que ela é complicada e diferente, mas isso não modifica o fato de que ele me estuprou.”

\*\*\*

O relacionamento de Mann com Weinstein pode ter sido complicado, mas não é inimaginável. Vários especialistas disseram ao HuffPost que alguns sobreviventes de agressão sexual de fato fazem sexo consensual com seus agressores depois do primeiro ataque.

“Entendo que isso parece bizarro, é claro”, comentou a Dra. Laura Wilson, psicóloga clínica e professora adjunta da University of Mary Washington, falando ao HuffPost pelo telefone na quinta-feira. “Mas, na realidade, quando você pensa em como as pessoas reagem quando são vitimadas, faz muito sentido.” Wilson, que pesquisa como agem vítimas de agressão sexual depois de sofrer o trauma, explicou que a maioria das vítimas não usa os termos “agressão” ou “estupro” inicialmente para descrever o que lhes aconteceu. Em vez disso, às vezes racionalizam a agressão, dizendo que foi “sexo ruim” ou “erro de comunicação”.

Com frequência, segundo a psicóloga, a vítima está em um relacionamento com um parceiro abusivo. As pessoas tendem a pensar que o estupro é cometido por desconhecidos - não por pessoas que a vítima conhece, como um parceiro, colega de classe ou de trabalho. Assim, quando a violência sexual é cometida por uma pessoa que a vítima conhece (o que ocorre em 80% dos casos, segundo uma entidade americana de apoio a vítimas de estupro, violência e incesto, a Rape, Abuse & Incest National Network), a vítima muitas vezes não tem a linguagem correta para descrever o que aconteceu.

“Sabemos, graças a pesquisas, que as pessoas possuem o que chamamos de ‘um roteiro de estupro estereotipado’”, explicou Wilson. “A maioria das pessoas presume que um estupro geralmente envolve um homem desconhecido violentando uma mulher num beco escuro, que geralmente há uma arma envolvida e que a mulher geralmente resiste. Se qualquer coisa não se enquadra nesse roteiro, não sabemos como encarar. Não sabemos como conceitualizar.”

Por períodos de tempo após a agressão, a vítima pode continuar a estar numa amizade, num relacionamento sexual consensual ou até em um casamento com seu estuprador.

\*\*\*

Além do caso de Jessica Mann, outros casos de agressão sexual envolvendo pessoas conhecidas pelo público seguiram um padrão semelhante. Brooke Nevills, a mulher que acusou o ex-apresentador da NBC Matt Lauer de forçar sexo anal com ela em 2014, continuou a manter um relacionamento sexual consensual com Lauer após o estupro alegado. Muitas das supostas vítimas de R. Kelly, a maioria das quais eram fãs adolescentes, continuaram a manter um relacionamento com o cantor depois das alegadas agressões.

O disparidade de poder entre vítima e agressor é, sem dúvida, um fator que contribui para situações como essas, disse Kristen Houser, consultora e especialista em violência sexual que trabalhou no passado para o National Sexual Violence Resource Center.

“As pessoas que cometem esse tipo de violência são extremamente hábeis em reconhecer vulnerabilidades”, ela disse ao HuffPost. “Não se trata de um equívoco de comunicação, mas de uma pessoa enxergar medo ou vulnerabilidade na outra e tirar proveito disso.”

Durante seu depoimento no tribunal, Mann falou longamente sobre o poder que Weinstein exercia sobre sua carreira profissional e sobre como ela tentou convertê-lo numa figura “pseudopaternal”. Quando a advogada de defesa de Weinstein indagou por que Mann não se afastou dele após o primeiro estupro alegado, Mann respondeu: “Teria sido o fim de qualquer tentativa de carreira”.

Esse desequilíbrio de poder frequentemente conduz ou alimenta um relacionamento abusivo, quer seja emocional e/ou físico, algo ao qual Mann aludiu em seu depoimento quando descreveu Weinstein como uma figura do tipo “médico e monstro”.

Para Houser, é um exemplo clássico de gaslighting cometido por um parceiro abusivo.

“Essa descrição de ‘médico e monstro’ de uma pessoa que é simpática, que aparenta se preocupar com a outra, que aparenta ser autêntica, faz parte de um padrão”, ela explicou. “Isso provoca confusão. Leva a vítima a não acreditar no que ela está vivendo. O contato constante é parte do processo de conservar a vítima confusa, colocando em dúvida a natureza do relacionamento.”

Houser acrescentou que, às vezes, as vítimas de violência sexual concordam em fazer sexo com seu estuprador, depois de atacadas, para sentir que estão retomando seu poder.

“Iniciar um relacionamento ou contato sexual com uma pessoa que te deixou em situação de tanta impotência pode te dar uma sensação de ter superado essa impotência”, ela explicou. “Agora você pode estar no controle. Você pode dar seu consentimento.”

O que aconteceu com Jessica Mann parece se enquadrar nesse fenômeno. Em seu depoimento no tribunal, ela leu um e-mail que escreveu a seu então namorado em 2014. “Lembrei o dia que percebi que eu estava controlando meu mundo, porque fui sexualmente agredida, e aquela história aconteceu quando eu entrei numa dinâmica sexual com pessoas para sentir que nunca mais ninguém ia se aproveitar de mim”, Mann leu em voz alta de seu e-mail, começando a chorar.

A acusação concluiu a apresentação de seus argumentos na quinta-feira, e o próximo passo será a defesa de Weinstein apresentar os seus. A expectativa é que os advogados do produtor chamem especialistas para depor, incluindo um psicólogo que poderá falar da memória humana, provavelmente para colocar em dúvida os relatos de Jessica Mann e outras supostas

vítimas.

O julgamento de Weinstein estava previsto para durar pelo menos seis semanas, mas está avançando mais rápido que o previsto. Um veredito pode ser anunciado até meados de fevereiro. Acusado de agressão ou assédio sexual por pelo menos cem mulheres, Weinstein enfrenta cinco acusações de agressão sexual criminosa, incluindo a mais grave, agressão sexual predatória. Se for condenado por essa acusação, ele pode passar o resto da vida na prisão.

*\*Este texto foi originalmente publicado no [HuffPost US](#) e traduzido do inglês.*

*By Alanna Vagianos, HuffPost US*

---

## **No Capão Redondo, criança tem 86 vezes mais risco de ser estuprada do que em outros distritos de São Paulo**

*Mapa faz raio-x dos fatores que impactam o desenvolvimento infantil na cidade. Crianças de Marsilac têm 23 vezes mais chance de morrer antes de um ano do que as de Perdizes*

[\(El País Brasil, 12/02/2020 - acesse no site de origem\)](#)

No [Capão Redondo, na zona sul de São Paulo](#) uma criança de até cinco anos tem 86 vezes mais risco de sofrer uma [violência sexual](#) do que as que moram em um distrito mais rico como Alto de Pinheiros, na zona oeste, por exemplo. Em 2018, foram notificados 607 casos de violência sexual contra crianças nessa faixa etária em toda a capital paulista, um aumento de 47% em relação a 2016, de acordo com os números da Secretaria Municipal de Saúde. Os dados fazem parte da segunda edição do [Mapa da Desigualdade da Primeira Infância](#) (uma faixa etária que vai de 0 a 6 anos), divulgado nesta quarta-feira pela [Rede Nossa São Paulo](#).

O levantamento faz o cruzamento de dados públicos e privados com base em 28 indicadores de cada um dos 96 distritos da cidade. E aponta como o local de moradia pode ser determinante para o desenvolvimento de uma criança.

Marsilac, no extremo sul, e São Lucas, na zona leste, são os piores distritos de São Paulo para a primeira infância: aparecem oito vezes entre os 24 piores nos indicadores do Mapa da Desigualdade. Uma criança que nasce em Marsilac, por exemplo, tem 23 vezes mais chance de [morrer antes de completar um ano](#) do que uma criança de Perdizes (zona oeste da cidade) e 18% dos nascidos vivos no local são de mães menores de 19 anos — a média da cidade é de 10%. Em Moema, distrito nobre, a porcentagem de crianças fruto de gravidez na adolescência é de apenas 0,35%. Em São Lucas, os bebês têm 12 vezes mais risco de morrer antes dos 12 meses do que em Perdizes.

“A primeira infância é importante para desenvolver características cerebrais e cognitivas que



se perpetuam nas outras fases da vida. Nosso objetivo é justamente apontar como o território influencia esse desenvolvimento. [Investir na primeira infância](#) é investir na cidade”, explica Carolina Guimarães, coordenadora da Rede Nossa São Paulo e uma das responsáveis pelo Mapa. “Uma criança que vive com má qualidade de habitação, com má qualidade de locomoção, já começa a vida em um patamar atrás [se pensamos em meritocracia](#), o conceito mais vigente nos dias de hoje”, acrescenta Guimarães.

São Paulo tem 1,1 milhão de crianças com idade entre zero e seis anos, de acordo com os dados do Mapa da Desigualdade, com base nos números do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Anna Maria Chiesa, especialista em Saúde Pública em desenvolvimento infantil, explica que, até os seis anos, a criança adquire gradualmente habilidades sensoriais, motoras e emocionais para tornar-se um indivíduo com alguma autonomia, mas ainda muito dependente do ambiente em que vive. “Se essa criança vive em uma casa sem saneamento básico, por exemplo, tem mais risco de contrair doenças, e seu organismo vai dedicar mais energia a combater essas infecções e menos para [seu desenvolvimento cognitivo](#)”, diz.

No caso de uma violência —como a sexual— sofrida na primeira infância, isso acarreta um “estresse tóxico” para a criança, conforme explica Chiesa. “Esse [trauma pode afetar a estrutura cerebral](#) ainda em formação, em um momento da vida em que os neurônios fazem um milhão de sinapses por segundo”, afirma a especialista.

## **Saúde e educação**

Tanto Guimarães quanto Chiesa concordam que a [desigualdade na infância](#) já começa antes de nascer. “A gravidez na adolescência, por exemplo, além de ser um risco maior para a criança, que tem uma mãe menos experiente, é um ônus para a mulher, já que aumenta as chances de evasão escolar e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho”, comenta Carolina Guimarães.

As mulheres do distrito de Cachoeirinha (zona norte), por exemplo, têm um acompanhamento pré-natal durante a gestação considerado seis vezes inferior àquele prestado no Itaim Bibi (zona nobre, conhecida por abrigar sedes corporativas). “O pré-natal é fundamental para prevenir a transmissão de mãe para filho da sífilis congênita, por exemplo. Se a mãe der positivo no teste sorológico até o primeiro trimestre da gestação, é possível fazer um tratamento para que o bebê nasça saudável e sem sequelas que acarretem atraso em seu desenvolvimento”, explica Chiesa.

O [acesso a creches é outro fator de desigualdade](#) listado no Mapa. Uma criança da Vila Andrade tem que esperar 14 vezes mais (261 dias) para conseguir vaga em uma creche do que uma criança de Guaianases (19 dias). “Essa dificuldade de acesso atrasa o desenvolvimento de habilidades sociais e cognitivas na primeira infância”, comenta Guimarães.

*Por Joana Oliveira, São Paulo*

---

# Parlamentares europeus pedem ações contra rede antiaborto

*Investigação apontou que centros de associação antiaborto em vários países divulgam informações falsas sobre a prática para pressionar mulheres a continuarem com gravidez indesejada, mesmo em casos de estupro.*

[\(Deutsche Welle, 11/02/2020 - acesse no site de origem\)](#)

Diversos defensores de direitos da mulher, incluindo parlamentares europeus, pediram nesta terça-feira (11/02) uma ação contra a associação cristã antiaborto Heartbeat Internacional, após a divulgação de um relatório revelando que a rede dissemina informações falsas sobre o procedimento.

De acordo com seu site, a Heartbeat Internacional oferece conselhos sobre gravidez, porém sem recomendar ou indicar o aborto, segundo políticas alinhadas com os princípios bíblicos e a ética cristã. Uma investigação da ONG britânica Open Democracy revelou que a rede, com sede nos Estados Unidos, divulga, porém, “informações falsas e enganosas” a suas clientes, contradizendo seu compromisso de assistência, que garante “informações precisas”.

Repórteres alegando estarem grávidas procuraram centros da Heartbeat Internacional em 18 países. Lá, receberam informações imprecisas sobre questões de saúde em muitos destes locais e foram pressionadas a continuar com a gravidez indesejada, mesmo em supostos casos de estupro ou de violência doméstica.

Sua investigação revelou ainda que, em centros na América Latina, África e Europa, mulheres foram erroneamente informadas de que o aborto aumentaria os riscos de câncer, doenças mentais e problemas em gestações futuras.

Em quatro países não identificados, afirmou-se que elas precisariam da autorização de seus maridos ou namorados para realizar o procedimento. Uma repórter que alegou sofrer violência doméstica recebeu a seguinte resposta: “Agora você é vítima, mas o aborto a faria se tornar parte dessa violência, pois você será violenta.”

Questionada sobre essas revelações, a Heartbeat Internacional afirmou que se mantém firme em seu compromisso com a assistência. Em comunicado à DW, Cindi Boston-Bilotta, uma de suas vice-presidentes, afirmou que o grupo apoia todos os recursos de treinamento projetados para a comunidade de ajuda à gravidez: “Com amor e verdade, nosso objetivo é ajudar a cliente a entender o aborto mais completamente, para que possa tomar uma decisão informada.”

A organização alegou conhecer as normas culturais e leis de cada país em que atua, e que a definição do procedimento, que seria “encerrar a vida de bebê”, é igual em todo o mundo. “Toda mulher tem direito de receber todas as informações antes de decidir sobre o aborto. Negar-lhes a conscientização sobre seus riscos emocionais, psicológicos e físicos poderia ser negligente e perigoso”, disse Betty McDowell, também vice-presidente da Heartbeat Internacional.

A ONG não respondeu as perguntas da DW relativas às acusações do relatório, afirmando não ter tido tempo para tal.

## **Violação de direitos humanos**

Os métodos da Heartbeat Internacional colocaram em alerta vários integrantes do Parlamento Europeu, que divulgaram uma carta expressando sua “profunda preocupação quanto à violação de direitos humanos fundamentais e à discriminação de gênero”.

Entre os signatários da carta estão Vera Tax (Holanda) e Sylvie Guillaume (França), da bancada Aliança Progressista ds Socialistas e Democratas, Gwendoline Delbos-Corfield (França), do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, e Hilde Vautmans (Bélgica), do Renovar a Europa.

Outros parlamentares e organizações também expressaram ressalvas sobre a organização. “As descobertas são profundamente preocupantes, e precisam ser tratadas nos níveis apropriados”, declarou o eurodeputado croata Fred Matic, do grupo social-democrata.

“As organizações envolvidas nas chamadas consultorias para crises na gravidez costumam alegar que se inspiram em crenças cristãs, mas não hesitam em mentir para grávidas”, frisou Neil Datta, do Fórum Parlamentar Europeu para Direitos Sexuais e Reprodutivos.

Para Ana Maria Bejar da ONG americana Planned Parenthood, que oferece aconselhamento e também aborto, esses grupos estão perpetuando mitos prejudiciais, além de intimidar as mulheres que não desejam seguir com uma gravidez. “Essas táticas perigosas e abusivas estão enfraquecendo e colocando em risco a saúde e dignidade de mulheres. Nenhuma mulher deve ser forçada a manter uma gravidez”.

Segundo a feminista mexicana Marta Lamas, a investigação comprova algo que ativistas já suspeitavam: a existência de “uma campanha de mentiras e engano praticada por grupos fundamentalistas de direita”.

A investigação ocorreu em centros da Heartbeat Internacional na África do Sul, Argentina, Canadá, Coreia do Sul, Costa Rica, Croácia, Equador, Espanha, Estados Unidos, Irlanda, Israel, Itália, México, Nigéria, Romênia, Sérvia, Ucrânia e Uganda.